



Demonstrações Financeiras

2025



Balanço do período findo em 31 de dezembro de 2025

(euros)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31.12.2025	31.12.2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	12 901 394,14	11 859 541,64
Ativos intangíveis	3	65 466,92	51 611,26
		12 966 861,06	11 911 152,90
Ativo corrente			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18	371 414,52	173 047,73
Clientes, contribuintes e utentes	18	520,03	2 450,00
Estado e outros entes públicos	18	313 100,16	396 065,94
Outras contas a receber	18	1 688 464,41	1 248 614,27
Diferimentos	18	74 247,73	10 262,64
Caixa e depósitos	1.2	5 232 274,59	3 647 655,26
		7 680 021,44	5 478 095,84
Total do ativo		20 646 882,50	17 389 248,74
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital		1 777 418,77	1 777 418,77
Reservas			
Resultados transitados		5 534 189,86	4 539 033,00
Outras variações no património líquido		8 281 556,32	7 663 302,57
Resultado líquido do período		1 060 028,60	995 156,86
Total do património líquido		16 653 193,55	14 974 911,20
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	474 681,86	474 681,86
Outras contas a pagar			
		474 681,86	474 681,86
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	18	562 734,64	689 274,79
Fornecedores	18	96 831,08	231 691,42
Estado e outros entes públicos	18	104 208,78	87 166,69
Fornecedores de investimentos	18	99,99	0,00
Outras contas a pagar	18	1 766 823,67	931 522,78
Diferimentos		988 308,93	
		3 519 007,09	1 939 655,68
Total do passivo		3 993 688,95	2 414 337,54
Total do património líquido e do passivo		20 646 882,50	17 389 248,74

Demonstração de Resultados por Naturezas no período findo em 31 de dezembro de 2025

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		2025	2024
Impostos, contribuições e taxas	14	3 760 484,95	3 474 479,98
Vendas			
Prestação de Serviços	13	140 400,84	151 705,16
Transferências correntes e subsídios à Exploração obtidos	14	10 936 011,62	9 037 330,00
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos	23	(3 552 483,16)	(2 809 724,32)
Gastos com o pessoal	19	(3 792 451,70)	(3 407 061,33)
Transferências e subsídios concedidos	23	(5 796 782,20)	(4 812 943,98)
Prestações Sociais	23	(43 517,42)	(42 541,20)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Outros rendimentos	14	522 526,21	454 859,07
Outros gastos	23	(119 757,36)	(123 688,52)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		2 054 431,78	1 922 414,86
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(994 383,28)	(927 258,00)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1 060 048,50	995 156,86
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		(19,90)	
Resultado antes de impostos		1 060 028,60	995 156,86
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		1 060 028,60	995 156,86

Demonstração dos Fluxos de Caixa no período findo em 31 de dezembro de 2025

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31.12.2025	31.12.2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		142 330,81	149 430,16
Recebimentos de contribuintes			
Recebimento de transferências e subsídios correntes		17 014 092,46	12 970 177,85
Recebimentos de utentes			
Pagamentos a fornecedores		-4 280 702,60	-3 685 710,02
Pagamentos ao pessoal		-3 528 991,69	-3 172 266,11
Pagamentos a contribuintes/utentes			
Pagamentos de transferências e subsídios		-6 672 278,29	-5 178 981,84
Pagamento de prestações sociais		-43 517,42	-42 497,87
Caixa gerada pelas operações		2 630 933,27	1 040 152,17
Pagamento/recebimento do Imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		822 846,96	458 114,30
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		3 453 780,23	1 498 266,47
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		- 2 262 746,78	- 417 105,09
Activos intangíveis		- 22 047,75	- 26 635,16
Propriedades de Investimento			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Propriedades de Investimento			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento		331 691,06	
Transferências de capital		89 466,14	50 569,00
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-1 863 637,33	-393 171,25
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		- 5 523,57	- 661,98
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-5 523,57	-661,98
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		1 584 619,33	1 104 433,24
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		3 647 655,26	2 543 222,02
Caixa e seus equivalentes no fim do período		5 232 274,59	3 647 655,26
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		3 647 655,26	2 543 222,02
- Equivalentes a caixa no início do período			
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo da gerência anterior		3 647 655,26	2 543 222,02
De execução orçamental		3 532 041,04	2 488 060,02
De operações de tesouraria		115 614,22	55 162,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período		5 232 274,59	3 647 655,26
- Equivalentes a caixa no fim do período			
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
= Saldo para a gerência seguinte		5 232 274,59	3 647 655,26
De execução orçamental		5 177 112,59	3 532 041,04
De operações de tesouraria		55 162,00	115 614,22

m.

Demonstração das Alterações no Património Líquido , em 31 de dezembro de 2025

Descrição	Notas	Capital/ Património realizado	Outros Instrumentos de capital Próprio	Reservas Legais	Reservas decorrentes das transferências de ativos	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajust. Em ativos financeiros	Excedentes de revalorizaçã o	Outras variações no património líquido	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Património Líquido
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (1)		1 777 418,77					4 539 033,00			7 663 302,57	995 156,86	14 974 911,20		14 974 911,20
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Excedentes de revalorização e respectivas variações														
Transferências e subsídios de capital										623 777,32		623 777,32		623 777,32
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido							995 156,86				-995 156,86			0,00
(2)							995 156,86			623 777,32	-995 156,86	623 777,32		623 777,32
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)											1 060 028,60	1 060 028,60		1 060 028,60
RESULTADO INTEGRAL (4)=(2)+(3)												1 683 805,92		1 683 805,92
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Realizações de capital/património														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações										-5 523,57		-5 523,57		-5 523,57
(5)		0,00								-5 523,57		-5 523,57		-5 523,57
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO (6)=(1)+(2)+(3)+(5)		1 777 418,77					5 534 189,86			8 281 556,32	1 060 028,60	16 653 193,55		16 653 193,55

l

g



Anexo às Demonstrações Financeiras

2025



Índice

1.	Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico	2
1.1.	Identificação da entidade, período de relato	2
1.2.	Referencial contabilístico e demonstrações financeiras	6
2.	Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	7
2.1.	Bases de mensuração	7
2.4.	Principais pressupostos relativos ao futuro	13
3.	Ativos intangíveis	13
3.1.	Quantia escriturada no início e no final do período	13
3.2.	Variação da quantia escriturada, das depreciações e perdas por imparidade acumuladas	13
3.2.	(A) Ativos intangíveis – adições	14
5.	Ativos fixos tangíveis	14
5.1.	Ativos Fixos Tangíveis – Variação da quantia escriturada, das depreciações e perdas por imparidade acumuladas	14
5.2.	Ativos Fixos Tangíveis – Reconciliação da quantia escriturada no início e fim do período	15
5.2.	(A) Ativos Fixos Tangíveis – Adições	15
5.3.	Ativos Fixos Tangíveis – Diminuições	15
13.	Rendimentos de transações com contraprestação	16
14.	Rendimento de transações sem contraprestação	16
14.1.	Divulgação das classes de Rendimentos sem contraprestação:	16
15.	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	17
15.1.	Provisões	17
16.	Efeitos de alterações em taxas de câmbio	18
17.	Acontecimentos após a data de balanço	18
18.	Instrumentos financeiros	18
18.1.	Quantia escriturada dos ativos e passivos financeiros	18
19.	Benefícios de empregados	22
20.	Divulgações de partes relacionadas	22

23.	Outras divulgações	22
23.1.	Fornecimentos e Serviços Externos.....	22
23.2.	Transferências e Subsídios concedidos.....	23

1. Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1. Identificação da entidade, período de relato

Designação da entidade: Serviço Regional de Proteção Civil IP-RAM;

Endereço: Caminho do Pináculo, nº14, São Gonçalo – 9060 – 236 – Funchal

Código da classificação orgânica: 45

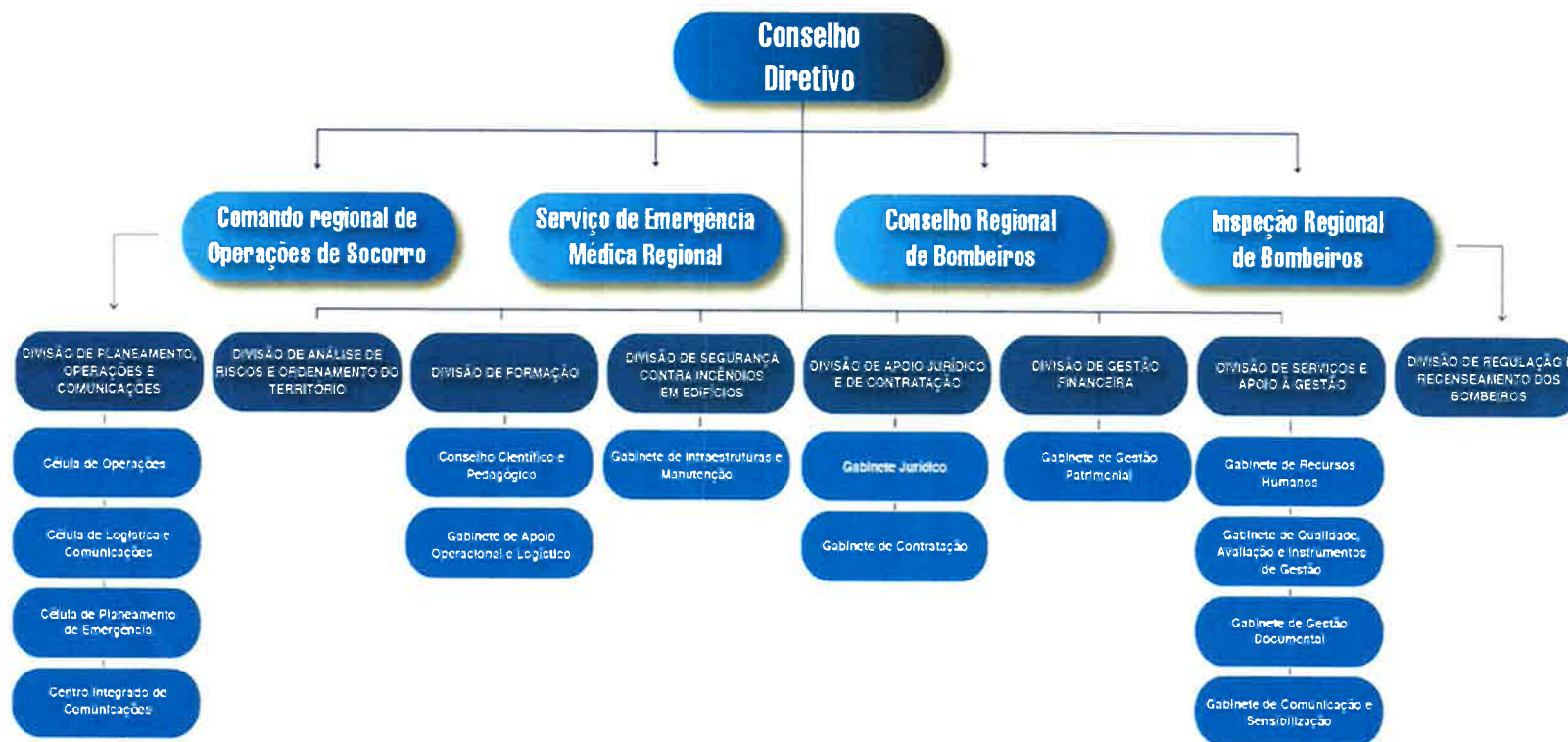
Tutela: Secretaria Regional da Saúde

O Serviço de Regional Proteção Civil, IP-RAM, abreviadamente designado por SRPC, IP-RAM, foi criado em 2009, através do Decreto Legislativo Regional n.º 17/2009/M, 30 de junho em sequência da extinção do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros da Madeira. É um instituto público integrado na administração indireta da Região, dotado de autonomia administrativa, financeira e patrimonial. É um organismo com jurisdição sobre todo o território da Região Autónoma da Madeira e tem sede no Funchal.




O Decreto Legislativo Regional n.º 17/2009/M, 30 de junho e suas alterações posteriores referem que o SRPC, IP-RAM tem por missão prevenir os riscos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, bem como resolver os efeitos decorrentes de tais situações, socorrendo pessoas e protegendo bens. São ainda atribuições genéricas do SRPC, IP-RAM orientar, coordenar e fiscalizar as atividades exercidas pelos corpos de bombeiros, bem como todas as atividades de proteção civil e socorro.


O SRPC, IP-RAM tem a sua organização atual que decorre do Decreto Legislativo Regional nº 17/2009/M, de 30 de junho, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais nºs 8/2010/M, de 26 de maio, 12/2013/M, de 25 de março e nº 17/2022/M, de 01 de agosto, consubstanciada através da Portaria Conjunta nº 247/2022, de 18 de maio, que aprova os estatutos do Serviço Regional de proteção Civil, IP-RAM.

[Organograma]



[Quadro de Pessoal]

<div>  REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA <small>GOVERNO REGIONAL DA MADEIRA</small> <small>SECRETARIA REGIONAL DO TRABALHO E PARTICIPAÇÃO CÍVIL</small> <small>SERVIÇO REGIONAL DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS</small> </div> <div>  </div>						
<div> Resumo do Mapa de Pessoal do SRFC - IR-RAM para o Ano de 2023 <small>(Não temático de artigo 25.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovado em anexo à Lei n.º 55/2016, de 20 de junho, na sua redação atual)</small> <small>Temático para o ano de 2023, aprovado em anexo à Lei n.º 55/2016, de 20 de junho, na sua redação atual</small> <small>Atualizado em 25/05/2022</small> </div> <div>  <small>(Assinatura do Diretor Regional)</small> </div>						
ATRIBUIÇÕES/COMPETÊNCIAS/ATIVIDADES	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	CARGO/CARRERA/CATEGORIA	ÁREA DE FORMAÇÃO ACADÉMICA E/OU PROFISSIONAL	Ocupados	A PREENCHER	TOTAL
Artigo 8.º do Decreto Legislativo Regional n.º 17/2008/PL, de 20 de junho, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 17/2009/PL, de 20 de junho, n.º 17/2013/PL, de 25 de março e n.º 17/2022/PL, de 27 de agosto	Comissão Diretiva	Presidente		1 (1)	0	1 (1)
		Vice		0 (0)	2 (2)	2 (2)
Artigo 11.º e 12.º do Regulamento n.º 1/2022, de 12 de maio, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 17/2022/PL, de 27 de agosto	Órgãos Regionais de Bombardeiros e Defesa da Regulação e Revolucionamento dos Bombardeiros	Presidente - Chefe Interimista de 1.ª Grau - Posição Regional de Bombardeiros	Engenharia	1	0	1
		Chefe Interimista (1.ª Grau) - Chefe de Serviço	Engenharia e n.º 1.º Grau de Engenharia	0	0	0
		Técnicos Superiores	Engenharia e n.º 1.º Grau de Engenharia, Engenharia de Serviço	0	1	1
		Assistentes Técnicos	1.º e 2.º anos de licenciatura em Engenharia de Serviço	2 (2)	1	3
		Assistentes Operacionais	1.º e 2.º anos de licenciatura em Engenharia de Serviço	1	0	1
Artigo 6.º do Regulamento n.º 1/2022, de 12 de maio, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 17/2022/PL, de 27 de agosto	Órgão de Planeamento, Operações e Comunicação	Chefe Interimista (1.ª Grau) - Chefe de Serviço	Engenharia e n.º 1.º Grau de Engenharia	1	0	1
		Técnicos Superiores	Engenharia e n.º 1.º Grau de Engenharia, Engenharia de Serviço, Engenharia de Serviço, Engenharia de Serviço	0 (0)	0	0
		Assistentes Operacionais	Engenharia e n.º 1.º Grau de Engenharia, Engenharia de Serviço, Engenharia de Serviço	0	1	1
		Assistentes Operacionais	Engenharia e n.º 1.º Grau de Engenharia, Engenharia de Serviço, Engenharia de Serviço	0	0	0
Artigo 10.º do Regulamento n.º 1/2022, de 12 de maio, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 17/2022/PL, de 27 de agosto	Órgão de Formação	Chefe Interimista (1.ª Grau) - Chefe de Serviço	Engenharia e n.º 1.º Grau de Engenharia, Engenharia de Serviço, Engenharia de Serviço	0	0	0
		Técnicos Superiores	Engenharia e n.º 1.º Grau de Engenharia, Engenharia de Serviço, Engenharia de Serviço	0 (0)	0	0 (0)
		Técnicos Superiores	Engenharia e n.º 1.º Grau de Engenharia, Engenharia de Serviço, Engenharia de Serviço	0	1	1
		Assistentes Operacionais	Engenharia e n.º 1.º Grau de Engenharia, Engenharia de Serviço, Engenharia de Serviço	1	0	1
Artigo 11.º do Regulamento n.º 1/2022, de 12 de maio, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 17/2022/PL, de 27 de agosto	Órgão de Apoio de Recursos	Chefe Interimista (1.ª Grau) - Chefe de Serviço	Engenharia e n.º 1.º Grau de Engenharia, Engenharia de Serviço, Engenharia de Serviço	0	0	0

Ata: Publicada no JORAM, 1ª série, n.º 86, a 18 de maio	Ordenamento do Território	Técnicos Superiores	Licenciatura em Planagem Civil/Geografia/Engenharia do Ambiente	1	1	2	1 Técnico Superior para área de planeamento e gestão de recursos, desenho técnico, cartografia e SIG
Artigo 12.º da Portaria n.º 247/2022, de 18 de maio, publicada no JORAM, 1ª série, n.º 86, a 18 de maio	Divisão de Segurança Contra Incêndios em Edifícios	Chefe Intermediária 2º Grau - Chefe de Divisão	Licenciatura em Engenharia Civil	1	0	1	
		Técnicos Superiores	Licenciatura em Engenharia Civil, Licenciatura em Engenharia Mecânica, Licenciatura em Engenharia Elétrica	4	0	4	
		Assistentes Técnicos	12.º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equivalente	0	0	0	
Artigo 13.º da Portaria n.º 247/2022, de 18 de maio, publicada no JORAM, 1ª série, n.º 86, a 18 de maio	Divisão de Serviços de Apoio à Gestão	Chefe Intermediária 2º Grau - Chefe de Divisão	Licenciatura em Gestão de Recursos Humanos	1	0	1	
		Técnicos Superiores	Licenciatura em Geografia, Licenciatura em Ordenamento do Território e Ordenamento Urbano, Licenciatura em Comunicações, Ciências e Organizações, Licenciatura em Design, Gestão, Administração Pública e Económica, Licenciatura em Ciências da Cultura na vertente de Comunicações	2 + 1 (H)	4	6	1 Técnico Superior para o Gabinete de Recursos Humanos (Gestão económica, administração pública); 1 Técnico Superior para o Gabinete de Avaliação, Qualidade e Instrumentação de Gestão - procedimento concursal em curso; e 2 Técnicos Superiores para o Gabinete de Comunicação e Sensibilização, Licenciatura em Design e Artes Gráficas da Cultura
		Coordenador Técnico	Escolaridade obrigatória	2	0	2	
		Assistentes Técnicos	Escolaridade obrigatória	0	2	2	2 Assistentes técnicos para apoio administrativo e expediente interno e externo de correspondência
		Assistentes Operacionais	Escolaridade obrigatória	2	1	3	1 Assistente Operacional para apoio à limpeza das instalações das áreas administrativas e de recepção e expediente para substituição de 1 Assistente Operacional que passou à situação de aposentação a partir de 1/1/2024
Artigo 14.º da Portaria n.º 247/2022, de 18 de maio, publicada no JORAM, 1ª série, n.º 86, a 18 de maio	Divisão de Apoio Jurídico e de Controlo	Chefe Intermediária 2º Grau - Chefe de Divisão	Licenciatura em Direito	1	0	1	
		Técnicos Superiores	Licenciatura em Direito, Licenciatura em Ciências da Educação e outras Licenciaturas da área das Ciências Económicas	2 (H)	1	4	1 Técnico Superior da área do Direito (procedimento para a criação de vagas de recrutamento em curso)
		Assistentes Técnicos	12.º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equivalente	1	0	1	
Artigo 15.º da Portaria n.º 247/2022, de 18 de maio, publicada no JORAM, 1ª série, n.º 86, a 18 de maio	Divisão de Gestão Financeira	Chefe Intermediária 2º Grau - Chefe de Divisão	Licenciatura em Matemática na área da Gestão financeira	1	0	1	
		Técnicos Superiores	Licenciatura em Ciências Sociais, Licenciatura em Gestão, Licenciatura da área de Ciências Económicas, Licenciatura em Comunicação, Cultura e Organizações	3	8	3	
				Total			
Legenda: 00 - Vagas de substituição - Técnico Superior 01 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 2.º Grau 02 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 3.º Grau 03 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 4.º Grau 04 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 5.º Grau 05 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 6.º Grau 06 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 7.º Grau 07 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 8.º Grau 08 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 9.º Grau 09 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 10.º Grau 10 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 11.º Grau 11 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 12.º Grau 12 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 13.º Grau 13 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 14.º Grau 14 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 15.º Grau 15 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 16.º Grau 16 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 17.º Grau 17 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 18.º Grau 18 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 19.º Grau 19 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 20.º Grau 20 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 21.º Grau 21 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 22.º Grau 22 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 23.º Grau 23 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 24.º Grau 24 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 25.º Grau 25 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 26.º Grau 26 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 27.º Grau 27 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 28.º Grau 28 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 29.º Grau 29 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 30.º Grau 30 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 31.º Grau 31 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 32.º Grau 32 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 33.º Grau 33 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 34.º Grau 34 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 35.º Grau 35 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 36.º Grau 36 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 37.º Grau 37 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 38.º Grau 38 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 39.º Grau 39 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 40.º Grau 40 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 41.º Grau 41 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 42.º Grau 42 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 43.º Grau 43 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 44.º Grau 44 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 45.º Grau 45 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 46.º Grau 46 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 47.º Grau 47 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 48.º Grau 48 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 49.º Grau 49 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 50.º Grau 50 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 51.º Grau 51 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 52.º Grau 52 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 53.º Grau 53 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 54.º Grau 54 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 55.º Grau 55 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 56.º Grau 56 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 57.º Grau 57 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 58.º Grau 58 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 59.º Grau 59 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 60.º Grau 60 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 61.º Grau 61 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 62.º Grau 62 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 63.º Grau 63 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 64.º Grau 64 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 65.º Grau 65 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 66.º Grau 66 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 67.º Grau 67 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 68.º Grau 68 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 69.º Grau 69 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 70.º Grau 70 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 71.º Grau 71 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 72.º Grau 72 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 73.º Grau 73 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 74.º Grau 74 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 75.º Grau 75 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 76.º Grau 76 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 77.º Grau 77 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 78.º Grau 78 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 79.º Grau 79 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 80.º Grau 80 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 81.º Grau 81 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 82.º Grau 82 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 83.º Grau 83 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 84.º Grau 84 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 85.º Grau 85 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 86.º Grau 86 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 87.º Grau 87 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 88.º Grau 88 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 89.º Grau 89 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 90.º Grau 90 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 91.º Grau 91 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 92.º Grau 92 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 93.º Grau 93 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 94.º Grau 94 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 95.º Grau 95 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 96.º Grau 96 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 97.º Grau 97 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 98.º Grau 98 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 99.º Grau 99 - Vagas de substituição - Técnico Superior de 100.º Grau				 Funchal - Funchal - Funchal - Funchal Funchal - Funchal -			

[Composição do CD]

Presidente do Conselho Diretivo do Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM, o Comandante Richard Nunes Marques.

Vogal do Conselho Diretivo do Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM, o Intendente Luis Miguel Teixeira Vieira.

Vogal do Conselho Diretivo do Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM, o Mestre Edgar Nuno Freitas Rodrigues.

1.2. Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

a. Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras foram preparadas de harmonia com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelos Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, incluindo posteriores alterações.

Não existiram, no decorrer do exercício, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista no SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa quer a imagem verdadeira e apropriada quer a comparabilidade das demonstrações financeiras.

Em virtude de no período económico em análise (e no período comparativo) este Instituto não ter registado nenhum movimento nas rubricas respetivas, não são aplicáveis as seguintes notas:

- Nota 4 – Acordos de concessão de serviços: Concedente;
- Nota 7 – Custos de empréstimos obtidos;
- Nota 8 – Propriedades de investimento;
- Nota 9 – Imparidade de ativos;
- Nota 10 – Inventários;
- Nota 11 – Agricultura;
- Nota 12 – Contratos de construção;

- Nota 21 – Relato por segmentos
- Nota 22 – Interesses em outras entidades.

b. Continuidade

As demonstrações financeiras relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos e respetivo suporte documental, mantidos de acordo com a legislação em vigor.

c. Valores de Caixa e depósitos Bancários

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 a desagregação dos saldos de Caixa e depósitos bancários era como se segue:

Conta	2025	2024
Caixa		
Depósitos à ordem		
Depósitos à ordem no tesouro	5 232 274,59	3 647 655,26
Depósitos bancários à ordem		
Depósitos a prazo		
Depósitos consignados		
Depósitos de garantias e cauções		
Total	5 232 274,59	3 647 655,26

O SRPC, IP-RAM, mantém duas cauções: uma afeta à construção do Quartel dos Bombeiros do Porto Santo e outra relativa ao concurso público para a aquisição de ambulâncias.

2. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

2.1. Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com a NCP 1 - Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras e são apresentadas em euros.

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

2.1.1 Moeda Funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras estão mensurados em euros. Deste modo, as demonstrações financeiras e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

2.1.2 Ativos Fixos Tangíveis

O tratamento contabilístico dos ativos fixos tangíveis tem em consideração o disposto na NCP 5 - Ativos Fixos Tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2018, encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até aquela data, deduzido das depreciações.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após 1 de janeiro de 2018 são registados ao custo de aquisição ou produção líquidos das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de aquisição ou produção incluem o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis as atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condições necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de localização que a entidade espera incorrer.

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a entidade e o custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os custos com manutenção e reparações são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil máximo constante no Classificador Complementar 2 – cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, do SNC-AP (CC2).

Os bens objeto de cedências temporárias a entidades terceiras que contribuem para a concretização das funções deste Instituto, são depreciados durante o período de cedência desde que o referido período de cedência seja superior à vida útil máxima constante do referido classificador.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente.

O ganho ou a perda resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

2.1.3 Ativos Intangíveis

O Instituto reconhece um ativo intangível sempre que o mesmo for identificável, exercer o controlo sobre o mesmo, seja provável que fluam benefícios económicos futuros e o seu custo possa ser fielmente mensurado.

Os ativos fixos intangíveis adquiridos são registados ao custo de aquisição ou produção líquidos das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são reconhecidas numa base sistemática/linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente.

Classe homogênea	Anos de vida útil
Viaturas de emergência (ex.: ambulâncias)	5 a 8 anos
Equipamento informático (computadores, servidores, impressoras)	3 a 5 anos
Mobiliário de escritório (secretárias, cadeiras, armários)	8 a 10 anos
Edifícios operacionais (quartéis, armazéns)	30 a 50 anos
Equipamento médico (monitores, desfibrilhadores)	5 a 10 anos

O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

Sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, procede-se a testes de imparidade, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os gastos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.1.4 Clientes e outras contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas. O custo ou custo amortizado não difere do valor nominal.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

2.1.5 Caixa e depósitos

A caixa e depósitos engloba o dinheiro em caixa, depósitos à ordem e a prazo altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas e estejam sujeitas a um risco insignificante de alterações de valor.

2.1.6 Fornecedores e Outras Contas a Pagar

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

2.1.7 Especialização dos Exercícios

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento do seu pagamento/ recebimento.

Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros são registados nas rubricas de acréscimos. As despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

2.1.8 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

São reconhecidas provisões quando:

- O Instituto tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação;
- É possível efetuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das

respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos não seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

2.1.9 Transações sem contraprestação

A NCP 14 tem como objetivo prescrever os requisitos para o relato financeiro de transações sem contraprestação, incluindo a identificação de contribuições dos proprietários.

O rendimento de transações sem contraprestação é mensurado pela quantia do aumento no ativo reconhecido pela entidade. Quando, em consequência de uma transação sem contraprestação, uma entidade reconhecer um ativo, também reconhece o rendimento equivalente à quantia do ativo mensurado de acordo com o parágrafo 38, a menos que seja também exigido reconhecer um passivo.

2.1.10. Transações com contraprestação

A NCP 13 tem como objetivo prescrever o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação. É aplicada na contabilização do rendimento proveniente das seguintes transações e acontecimentos com contraprestação:

- Prestação de serviços;
- Venda de bens;
- Uso por terceiros de ativos da entidade que produzam juros, royalties e dividendos ou distribuições similares.
- O rendimento deve ser mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

O reconhecimento do rendimento associado a uma transação que envolva a prestação de serviços é efetuado considerando os seguintes termos da NCP 13 (parágrafos 17 a 25):

- A quantia de rendimento pode ser mensurada com fiabilidade;
- É provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados à transação fluirão para a entidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade;
- Os custos suportados com a transação e os custos para completar a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

A quantia de rendimento proveniente de uma transação é geralmente determinada por acordo entre a entidade e o comprador ou utilizador do ativo ou serviço e é mensurada pelo

justo valor da retribuição recebida ou a receber tendo em conta as quantias de quaisquer descontos comerciais e de quantidades concedidas.

A retribuição recebida ou a receber pode configurar caixa ou equivalentes de caixa ou bens ou serviços recebidos.

Quando o influxo de caixa ou de equivalentes de caixa for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal de caixa recebida ou a receber. A diferença entre o justo valor e a quantia nominal da retribuição é reconhecida como rendimento de juros.

2.1.11. Acontecimentos após a data de balanço

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos, após a data do balanço, que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais, são divulgados caso aplicável.

2.1.13. Benefícios de Empregados

Os benefícios de empregados de curto prazo incluem salários, ordenados, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias, subsídio de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais previstas na Legislação.

Todo o pessoal ao Serviço do Instituto foi remunerado de acordo com as suas funções durante o exercício. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gasto no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 01 de janeiro do ano seguinte, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes estão reconhecidos, na rubrica de "Outras contas a Pagar" como benefícios de curto prazo.

2.1.14. Juízos de valor, pressupostos críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de elaboração das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de elaboração das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

2.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Instituto, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

3. Ativos intangíveis

3.1. Quantia escriturada no início e no final do período

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como as respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi a seguinte:

Rubricas	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada
	1	2	3	4 = 1 - 2 - 3	5	6	7	8 = 5 - 6 - 7
ATIVOS INTANGÍVEIS								
Projetos de desenvolvimento								
Programas de computador e sistemas de informação	72 218,35	50 954,07		21 264,28	87 143,47	60 116,96		27 026,51
Propriedade industrial e intelectual								
Outros	148 426,81	134 220,83		14 205,98	148 426,81	134 983,40		13 443,41
Ativos intangíveis em curso	16 141,00			16 141,00	24 997,00			24 997,00
Total	236 786,16	185 174,90		51 611,26	260 567,28	195 100,36		65 466,92

3.2. Variação da quantia escriturada, das depreciações e perdas por imparidade acumuladas

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Variações				Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas à Entidade	Abates	Amortizações do Período	
	1	2	3	4	5	10 = 1 + 2 + 3 - 4 - 5
ATIVOS INTANGÍVEIS						
Projetos de desenvolvimento						
Programas de computador e sistemas de informação	21 264,28	14 925,12			9 162,89	27 026,51
Propriedade industrial e intelectual						
Outros	14 205,98				762,57	13 443,41
Ativos intangíveis em curso	16 141,00	8 856,00			0,00	24 997,00
Total	51 611,26	23 781,12			9 925,46	65 466,92

3.3. Ativos intangíveis – adições

Rubricas	Adições							Total
	Internas	Compra	Doação, herança, legado ou perdido a favor	Doação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
	1	2	3	4	5	6	7	8 = 1+2+3+4+5+6+7
ATIVOS INTANGÍVEIS								
Projetos de desenvolvimento								
Programas de computador e sistemas de informação		14 925,12						14 925,12
Propriedade industrial e intelectual								
Outros								
Ativos intangíveis em curso		8 856,00						8 856,00
Total		23 781,12						23 781,12

5. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como as respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi a seguinte:

5.1. Ativos Fixos Tangíveis – Variação da quantia escriturada, das depreciações e perdas por imparidade acumuladas

Rubricas	Início do período				Fim do período			
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada
	1	2	3	4=1-2-3	5	6	7	8=5-6-7
ATIVOS TANGÍVEIS								
Bens do Domínio Público: patrimônio histórico artístico e cultural								
Edifícios e Outras Construções	10 347 376,47	1 407 193,10		9 440 178,37	11 055 768,33	1 364 603,55		9 491 164,48
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções	5 283,70	572,91		4 715,79	5 288,70	1 101,75		4 186,95
Equipamento básico	1 560 829,53	1 201 381,93		459 447,65	2 638 767,93	1 430 307,34		1 207 860,59
Equipamento de transporte	4 923 979,01	3 501 405,21		1 322 573,80	5 143 979,01	4 137 410,51		1 006 568,50
Equipamento administrativo	377 894,51	345 557,51		32 326,90	750 561,70	380 139,32		370 523,38
Outros	490 271,66	381 252,99		108 978,67	493 886,75	407 714,75		96 171,96
Ativos fixos tangíveis em curso	491 320,48	0,00		491 320,48	734 918,29			734 918,28
Total	18 796 860,39	6 937 418,75	0,00	11 859 541,64	20 823 270,70	7 921 876,58	0,00	12 901 394,14

5.2. Ativos Fixos Tangíveis – Reconciliação da quantia escriturada no início e fim do período

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Variações								Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas à Entidade	Revalorizações	Reversões de Perdas por Imparidade	Perdas por Imparidade	Amortização do Período	Diferenças Cambiais	Diminuições	
ATIVOS TANGÍVEIS										
Bens do Domínio Público, patrimônio histórico, artístico e cultural										
Edifícios e Outras Construções	9.445.178,97	208.391,86					157.465,75			9.491.104,88
Terrenos e recursos naturais										
Edifícios e outras construções	4.753,78						929,84			4.198,96
Equipamento básico	409.447,66	978.046,92					229.529,03			1.207.955,49
Equipamento de transporte	1.302.573,90	220.000,00					516.005,30			1.006.568,60
Equipamento administrativo	332.109,98	372.658,63					34.567,05			670.199,49
Equipamentos biológicos										0,00
Outros ativos fixos tangíveis	103.378,97	3.615,09					25.421,30			38.172,76
Ativos fixos tangíveis em curso	491.323,46	243.597,82								734.921,28
Total	11.869.541,64	2.026.310,32	0,00	0,00	0,00	0,00	984.457,82	0,00	0,00	12.901.394,14

5.3. Ativos Fixos Tangíveis – Adições

Rubricas	Adições							Total
	Internas	Compra	Doação, herança, legado ou perdido a favor	Doação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
ATIVOS TANGÍVEIS								
Bens do Domínio Público, patrimônio histórico, artístico e cultural								
Edifícios e Outras Construções		208.391,86						208.391,86
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções								0,00
Equipamento básico		978.046,92						978.046,92
Equipamento de transporte		220.000,00						220.000,00
Equipamento administrativo		372.658,63						372.658,63
Equipamentos biológicos								0,00
Outros ativos fixos tangíveis		3.615,09						3.615,09
Ativos fixos tangíveis em curso		243.597,82						243.597,82
Total		2.026.310,32						2.026.310,32

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o SRPC, IP-RAM adquiriu equipamentos de proteção individual, de resgate e salvamento e outros com o objetivo de dotar de meios o SRPC, IP-RAM bem como os vários corpos de bombeiros da RAM.

5.4. Ativos Fixos Tangíveis – Diminuições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não ocorreram diminuições nos ativos do SRPC, IP-RAM.

Rubricas	DIMINUIÇÕES				
	Alienação a título oneroso	Transferência ou Troca	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outras	Total
ATIVOS TANGÍVEIS					
Terranos e recursos naturais					
Edifícios e outras construções					
Equipamento básico					0,00
Equipamento de transporte					0,00
Equipamento administrativo					0,00
Outros ativos fixos tangíveis					0,00
Ativos fixos tangíveis em curso					0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

13. Rendimentos de transações com contraprestação

As vendas e prestações de serviços, efetuadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, apresentam o seguinte detalhe:

Tipo de transação com contraprestação	2025	2024
Prestação de serviços		
Vistorias	119 498,48	108 280,16
Ensaio	20 902,36	43 425,00
Total	140 400,84	151 705,16

14. Rendimento de transações sem contraprestação

14.1. Divulgação das classes de Rendimentos sem contraprestação:

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação recebidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, têm a seguinte decomposição na demonstração de resultados e no Patrimônio Líquido:

2025:

Tipos de rendimentos	Rendimentos do período reconhecidos em	Patrimônio Líquido	Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
			Início do período	Final do período	
Impostos, Contribuições e Taxas					
Impostos Diretos					
Impostos Indiretos					
Taxas de Seguros	3 756 880,20		240 643,64	270 719,25	
Outras Taxas	3 584,75				
Taxas de Seguros					
Transferências - RAM	10 626 432,98	89 466,14	491 340,04	464 765,36	
Subsídios Obtidos	308 578,64	315 638,69	225 703,29	371 414,42	
Legados Doações					
Outros					
Subsídios ao Investimento - imputação de quota parte de amortizações	362 595,92	-382 595,92			
Total	15 079 092,49	22 508,91	957 686,87	1 106 899,53	0,00

2024:

Tipos de rendimentos	Rendimentos do período reconhecidos em	Património Líquido	Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
			Início do período	Fim do período	
Impostos, Contribuições e Taxas					
Impostos Diretos					
Impostos Indiretos					
Taxas de Seguros	3 474 479,98		240 000,00	240 843,54	
Outras Taxas					
Taxas de Seguros					
Transferências - RAM	8 799 752,07	50 599,00	491 340,03		
Subsídios Obtidos	237 577,93	3 094,05	77 627,44	225 703,29	-60 452,22
Legados, Doações					
Outros					
Subsídios ao Investimento - imputação de quota parte de amortizações	371 648,76	-371 648,76	7 795,56	7 795,56	
Total	12 883 458,74	-317 985,71	816 764,03	474 143,39	-60 452,22

As “Transferências do Orçamento Regional” e as “Taxas de seguro” representam as principais fontes de rendimentos do SRPC, IP-RAM.

Em 2025, as “Transferências do Orçamento Regional” permitiram contrabalançar, em especial, os gastos com o pessoal, a comparticipação financeira às Associações Humanitárias de Bombeiros e a aquisição de prestação de serviços de meio aéreo para apoio a salvamento e combate a incêndios na Região Autónoma da Madeira (RAM).


Por sua vez, as taxas de seguro constituem também importante fonte de rendimento para assegurar as restantes despesas correntes de funcionamento dos serviços decorrentes da orgânica interna deste Instituto, atribuição de subsídios, no âmbito do DECIR, aos vários corpos de bombeiros, formação e aquisição de meios para dotar esses mesmos corpos de bombeiros da região. (ver Nota 5).

O SRPC, IP-RAM, beneficiou ainda de subsídios ao investimento e transferências de capital, para aquisição de EPI's, na quantia total de cerca de 315 mil euros e 89 mil euros (50 mil euros em 2024), respetivamente, sendo classificados no Património Líquido, sendo transferidos para a rubrica de “outros rendimentos” da demonstração de Resultados por natureza pela quota parte das amortizações dos ativos subjacentes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 as transferências para rendimentos de subsídios ao investimento/ transferências de capital atingiram a quantia de 382.595,92 euros e 371.648,76 euros, respetivamente.

15. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

15.1. Provisões

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não ocorreram alterações na rubrica de provisões, mantendo-se o saldo constituído no ano de 2018.



Provisões	31.12.2024	Aumento	Reversões	Utilização	31.12.2025
Impostos					
Contribuições					
Outros	474 681,86				474 681,86
Total	474 681,86	0,00	0,00	0,00	474 681,86

No exercício de 2018, foi constituída provisão para os gastos com a disponibilização de um meio aéreo, na Região Autónoma da Madeira, pela associação Nacional de Proteção Civil. Uma vez que não foi efetuado qualquer procedimento de contratação pelo Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM, encontra-se em processo de decisão qual a entidade responsável pelo respetivo pagamento. Até à data de elaboração e aprovação do presente Relatório de Contas ainda não tinha sido proferida qualquer decisão, sendo mantida a provisão para eventuais encargos.

16. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não existem saldos e não ocorreram transações em moeda diferente da moeda funcional (Euro).

17. Acontecimentos após a data de balanço

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão em 14 de abril de 2026 pelo Conselho Diretivo do Serviço Regional de Proteção Civil, IP RAM.

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstrem evidência de condições que já existiam à data do mesmo, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras. Caso contrário, eventos subsequentes à data do referido com natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Não são conhecidos outros eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

18. Instrumentos financeiros

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, todos os instrumentos financeiros incluídos nas presentes demonstrações financeiras, apresentam maturidade de curto prazo e sem vencimento de juros, pelo que se encontram mensurados pelo custo menos perdas por imparidade acumuladas.

18.1. Quantia escriturada dos ativos e passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as categorias de ativos e passivos financeiros, são detalhadas conforme se segue:

18.1.1 – Ativos Financeiros

(euros)

Ativos e Passivos Financeiros	2025	
	Quantia Escriturada Bruta	Quantia Escriturada Líquida
Ativos Financeiros		
Devedores por transferências de subsídios reembolsáveis	371 414,52	371 414,52
Clientes, utentes, contribuintes	520,03	520,03
Estado e Outros Entes Públicos	313 100,16	313 100,16
Outras contas a receber	1 688 464,41	1 688 464,41
Acrêsc. de Rendimentos - Transferências Governo RAM	464 765,86	464 765,86
Taxas de Seguro	270 719,25	270 719,25
Contratos Programa ABV - Valores a receber	948 752,89	948 752,89
Outros	4 226,41	
Diferimentos	74 247,73	74 247,73
Depósitos bancários	5 232 274,59	5 232 274,59
Total	7 680 021,44	7 680 021,44

(euros)

Ativos e Passivos Financeiros	2024	
	Quantia Escriturada Bruta	Quantia Escriturada Líquida
Ativos Financeiros		
Devedores por transferências de subsídios reembolsáveis	173 047,73	173 047,73
Clientes, utentes, contribuintes	2 450,00	2 450,00
Estado e Outros Entes Públicos	396 065,94	396 065,94
Outras contas a receber	1 248 614,27	1 248 614,27
Acrêsc. de Rendimentos - Transferências Governo RAM	598 245,12	598 245,12
Taxas de Seguro	240 643,54	240 643,54
Contratos Programa ABV	408 157,44	408 157,44
Outros	1 568,17	1 568,17
Diferimentos	10 262,64	10 262,64
Depósitos bancários	3 647 655,26	3 647 655,26
Total	5 478 095,84	5 478 095,84

O aumento do total dos ativos financeiros face ao exercício anterior, em cerca de 2.201.925,6 euros, é justificado pelo aumento nas rubricas de depósitos bancários (1.584.619,33 euros), outras contas a receber (439.850,34 euros), Devedores por transferências (198.366,79 euros).

A rubrica de devedores por transferência, na quantia de 371.414,52 euros (173.047,73 euros em 2024) respeita a valores a receber dos seguintes projetos:

- 191.336,64 euros - no âmbito do projeto PACS-FC-02569300 – Aquisição de EPI's .
- 180.077,78 euros – no âmbito do projeto M2030-FSE+-01605300 - Qualificação dos Agentes de Proteção Civil da RAM.

-A rubrica de Estado e Outros Entes Públicos, no montante de 313.100,16 euros (396.065,94 euros em 2024) respeita a pedidos de reembolsos de IVA, ao abrigo do Decreto-Lei nº 84/2017, de 21 de julho, tendo sido totalmente recebidos até à data de elaboração das presentes demonstrações financeiras.

- A rubrica de “Outras Contas a Receber”, inclui a quantia de 948.752,89 euros (408.157,44 em 2024), referente à estimativa para os valores a devolver pelas AHB da RAM (Associações Humanitárias dos Bombeiros), nos termos do artigo 27 do decreto Legislativo Regional nº 10/2024/M, de 15 de novembro. No exercício de 2025, ao abrigo da portaria 504/2025, de 05 de setembro, o valor total aprovado e pago de comparticipação financeira permanente às AHB RAM, foi de 5.692.529,94 euros. A estimativa tomou por base os relatórios de execução das AHB da RAM.

Atendendo a que o SRPC IP RAM terá também que devolver estas mesmas quantias ao Governo Regional, a rubrica de “Outras Contas a Pagar” inclui igual montante.

Os valores a receber das AHB da RAM e os valores a devolver ao Governo Regional, tiveram como contrapartida a diminuição nesse montante das rubricas de “Transferência e subsídios concedidos” e “Transferência correntes e subsídios Obtidos” consideradas na Demonstração de Resultados por Natureza do período findo em 31 de dezembro de 2025 (408.157,44 euros em 2024).

18.1.2 – Passivos Financeiros

Ativos e Passivos Financeiros	(euros)		
	2025		
	Quantia Escriturada Bruta	Perdas por Imparidade	Quantia Escriturada Líquida
Passivos Financeiros			
Provisões	474 681,86		474 681,86
Fornecedores	96 831,08		96 831,08
Estado e Outros Entes Públicos	104 208,78		104 208,78
Credores por transf. subsídios não reembolsáveis concedidos	562 734,64		562 734,64
Fornecedores de Investimentos	99,99		99,99
Outras Contas a Pagar	1 766 823,67		1 766 823,67
Acrésc. de Gastos - Remunerações a liquidar	464 765,86		464 765,86
Outros Acrésc. De Gastos - Serviços especializados	298 109,15		298 109,15
Contratos Programa ABV - Valores a reembolsar Gov. Regional	948 752,89		
Cauções	55 162,00		
Outros	33,77		
Diferimentos	988 308,93		988 308,93
Total	3 993 688,95		3 993 688,95

(euros)

Ativos e Passivos Financeiros	2024		
	Quantia Escriturada Bruta	Perdas por Imparidade	Quantia Escriturada Líquida
Passivos Financeiros			
Provisões	474 681,86		474 681,86
Fornecedores	231 691,42		231 691,42
Estado e Outros Entes Públicos	87 166,69		87 166,69
Credores por transf. subsídios não reembolsáveis concedidos	689 274,79		689 274,79
Fornecedores de Investimentos	-		-
Outras Contas a Pagar	876 360,78		876 360,78
Acrésc. de Gastos - Remunerações a liquidar	409 271,62		409 271,62
Outros Acrésc. De Gastos - Serviços especializados	58 931,72		58 931,72
Outros - Contratos Programa Governo Regional	408 157,44		408 157,44
Cauções	55 162,00		55 162,00
Total	2 414 337,54		2 414 337,54

O aumento do passivo face ao exercício anterior, na quantia de cerca de 1.579 mil euros, tem origem no crescimento verificado nas rubricas de “Outras contas a pagar” e “Diferimentos”, nas quantias de cerca de 890 mil euros e 988 mil euros, respetivamente.

A rubrica de “Outras Contas a Pagar” inclui a estimativa dos valores a reembolsar ao Governo Regional no âmbito das comparticipações financeiras às AHB da RAM no valor de 948.752.89 euros, com acréscimo face ao ano anterior de cerca de 540 mil euros. Por outro lado, os acréscimos com remunerações e outras despesas apresentam um aumento de cerca de 294 mil euros.

A rubrica de Diferimentos, no valor de 988.308,93 euros, não apresentava valores em 2024, e inclui transferências recebidas/ isenções de reembolsos de componente de IVA, consignadas à realização de intervenções/investimentos em curso, que serão transferidas para rubricas de património líquido ou transferências correntes aquando da sua realização/ conclusão, a saber:

- i) 778.482 euros - transferências do Governo Regional com condições, atribuídas em 2025, para financiamento da “Empreitada de Reabilitação e Recuperação do quartel dos corpos dos Bombeiros da Ribeira Brava e Ponta do Sol”, com procedimentos de contratação em curso e cuja execução financeira ocorrerá em 2026;
- ii) 209.826,93 euros – Intervenções/ investimentos em curso no âmbito da autorização ao pedido de isenção de entrega de saldo de gerência do ano económico de 2024, componente de não restituição de IVA do meio aéreo (Decreto-Lei nº 84/2017, de 21 de julho), com investimentos já executados em 2025 e reconhecidos em transferências de capital (409.931,77 euros).

O saldo da rubrica “Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos” na quantia de 562.734,64 euros (689.274,79 euros em 2024) inclui valores a

regularizar junto do Governo Regional da Madeira, no montante de 493.218,55 euros, referente a transferências correntes, realizadas em 2025, para financiar a despesa corrente deste Instituto com o aluguer e manutenção do meio aéreo, na parte da componente de IVA, a qual foi posteriormente objeto de pedido de reembolso junto da Autoridade Tributária, ao abrigo do Decreto-Lei nº 84/2017, de 21 de julho. No início de 2026 foi solicitado e autorizado, no pedido de isenção de entrega de saldo de Gerência do ano económico de 2025, o não reembolso das quantias já recebidas da Autoridade Tributária, com o objetivo de dar continuidade às intervenções urgentes no ambiente envolvente do Heliporto, indispensáveis ao cumprimento dos requisitos técnicos e operacionais exigidos pela Autoridade Nacional da Aviação Civil (ANAC), bem como à prossecução das obras de beneficiação das instalações da brigada helitransportada.

19. Benefícios de empregados

Os gastos com o pessoal reconhecidos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, foram os que a seguir se apresentam:

Tipo de Rendimentos	2025	2024
Gastos com o Pessoal		
Remunerações dos Órgãos Sociais e de Gestão	181 756,90	143 672,97
Remunerações do Pessoal	2 994 621,52	2 818 306,24
Encargos sobre Remunerações	579 201,20	442 151,32
Outras Remunerações	36 872,08	2 930,80
Total	3 792 451,70	3 407 061,33

20. Divulgações de partes relacionadas

Remuneração da pessoal chave de Gestão:

Conselho Diretivo		Início Funções	Fim de Funções	Remuneração Base	Subsídio de Férias/ Natal	Despesas de Representação	Total Ilíquido
Presidente	- Richard Nunes Marques	01/01/2024	31/12/2025	49 153,20	8 192,20	10 241,40	67 586,80
Vogal	- Luís Miguel Teixeira Vieira	16/09/2025	15/09/2028	12 185,92	3 481,69	2 241,51	17 909,12
Total				61 339,12	11 673,89	12 482,91	85 495,92

23. Outras divulgações

23.1. Fornecimentos e Serviços Externos

Os Fornecimentos e Serviços Externo reconhecidos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, foram os que a seguir se apresentam:

h.

Fornecimentos e Serviços Externos	2025	2024
621 - Subcontratos e Parcerias		
Tecnologias de informação e comunicação	73 278,84	1 598,05
Outros Subcontratos - Meio Aéreo	2 242 645,00	1 831 518,21
Subtotal	2 315 923,84	1 833 116,26
622 - Outros Fornecimentos		
Assistência Técnica	25 315,15	39 634,66
Conservação e Reparação	93 689,86	12 043,64
Outros trabalhos Especializados	165 275,10	110 126,94
Estudos, serviços Informática e Publicidade	17 472,62	32 321,44
Medicamentos e artigos para a saúde	23 536,17	
Outros materiais	85 149,57	46 091,72
Água	22 021,24	20 282,57
Electricidade	48 046,19	53 005,22
Outros Combustíveis	22 588,53	49 018,87
Deslocações e Estadas Transportes	148 126,87	97 770,22
Rendas e Alugueres	17 562,38	22 800,00
Artigos de Limpeza higiene e conforto	11 125,90	4 716,31
Comunicação	46 336,51	56 314,17
Seguros	76 337,82	82 737,62
Outros serviços	433 975,41	349 744,68
Subtotal	1 236 559,32	976 608,06
Total	3 552 483,16	2 809 724,32

O aumento dos outros gastos no exercício de 2025 face ao período homólogo de 2024 ficou a dever-se ao aumento da aquisição de prestação de serviços com a locação do meio aéreo, licenciamento informático, serviços de deslocação, estadas e transportes, aquisição de material clínico para consumo do SEMER, aquisição de serviços no âmbito da conservação e reparação e aquisição de outros serviços.

23.2. Transferências e Subsídios Concedidos

As transferências concedidas reconhecidas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, foram os que a seguir se apresentam:


Transferências e Subsídios Concedidos	2025	2024
Instituições sem fins Lucrativos		
Associação Bombeiros Voluntários Madeirenses	1 459 800,04	1 257 017,55
Associação Bombeiros Voluntários da Calheta	779 662,50	541 082,75
Associação de Bombeiros Voluntários de Santana	556 714,74	476 199,02
Associação Humanitária Bombeiros Voluntários Câmara de Lobos	663 282,86	520 626,37
Associação Humanitária de Bombeiros da Ribeira Brava e Ponta do Sol	731 381,14	726 690,19
Associação dos Bombeiros Voluntários de São Vicente e Porto Moniz	686 924,00	654 717,47
Associação dos Bombeiros Voluntários de Porto Santo	605 092,32	290 822,03
Município de Funchal	107 220,00	91 399,90
Município de Santa Cruz	16 710,00	4 729,69
Município de Machico	98 970,70	77 639,20
Cruz Vermelha - delegação da madeira	46 515,00	105 294,92
Outras	44 508,90	66 724,89
Subtotal	5 796 782,20	4 812 943,98
Outras	0,00	
Empresa de Electricidade da madeira - Tarifa Social	43 517,42	42 541,20
Subtotal	43 517,42	42 541,20
Total	5 840 299,62	4 855 485,18

O aumento do valor das transferências e Subsídios concedidos a Instituições sem fins lucrativos, está diretamente associado ao aumento do valor total aprovado da comparticipação financeira permanente (5.692.529,95 euros) para as AHB da RAM (4.040.839,44 euros em 2024).

Funchal, 14 de abril de 2026,

Conselho Diretivo

Presidente



Richard Nunes Marques

M

O Vogal



Luis Miguel Teixeira Vieira

O Vogal



Edgar Nuno Freitas Rodrigues

Anexo 1 – Balanço

Anexo 2 – Demonstração dos Resultados

Anexo 3 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

Divisão de Gestão Financeira



Secretaria Regional
de Saúde e Proteção Civil



SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL, IP-RAM

Caminho do Pináculo, nº 14, São Gonçalo, 9060-236, FUNCHAL

Telef: 291 700 110

Contribuinte N° 509 079 911

Email: srpc@madeira.gov.pt

Síte Oficial: www.proclvmadeira.pt



Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAIM
Caminho do Pináculo n.º 14
9060-236 Funchal
Funchal, Portugal
NIF: 509 079 911
Telefone: +351 291 700 110
E-mail: srpc@madeira.gov.pt
www.procivmadeira.pt

SNC-AP

BALANÇO

APOS APURAMENTOS 2025

DIVISA: EUR

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2025	2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	12 901 394,14	11 859 541,64
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis	3	65 466,92	51 611,26
Ativos biológicos			
Participações financeiras			
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Cientes, contribuintes e utentes			
Acionistas/sócios/associados			
Diferimentos			
Outros activos financeiros			
Ativos por impostos diferidos			
Outras contas a receber			
		12 966 861,06	11 911 152,90
Ativo corrente			
Inventários			
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18	371 414,52	173 047,73
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Cientes, contribuintes e utentes	18	520,03	2 450,00
Estado e outros entes públicos	18	313 100,16	396 065,94
Acionistas/sócios/associados			
Outras contas a receber	18	1 688 464,41	1 248 614,27
Diferimentos	18	74 247,73	10 262,64
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos	1.2	5 232 274,59	3 647 655,26
		7 680 021,44	5 478 095,84
Total do ativo		20 646 882,50	17 389 248,74
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital		1 777 418,77	1 777 418,77
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas			
Resultados transitados		5 534 189,86	4 539 033,00
Ajustamentos em activos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no património líquido		8 281 556,32	7 663 302,57
Resultado líquido do período		1 060 028,60	995 156,86
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
		16 653 193,55	14 974 911,20
Total do património líquido		16 653 193,55	14 974 911,20
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	474 681,86	474 681,86
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos			
Fornecedores			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Diferimentos			
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar			
		474 681,86	474 681,86
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18	562 734,64	689 274,79
Fornecedores	18	96 831,08	231 691,42
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			



Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM
Caminho do Pináculo n.º14
9060-236 Funchal
Funchal, Portugal
NIF: 509 079 911
Telefone: +351 291 700 110
E-mail: srpc@madeira.gov.pt
www.procivmadeira.pt

SNC-AP

BALANÇO

APOS APURAMENTOS 2025

DIVISA: EUR

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2025	2024
Estado e outros entes públicos	18	104 208,78	87 166,69
Acionistas/sócios/associados			
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos	18	99,99	
Outras contas a pagar	18	1 766 823,67	931 522,78
Diferimentos		988 308,93	
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
		3 519 007,09	1 939 655,68
Total do passivo		3 993 688,95	2 414 337,54
Total do património líquido e do passivo		20 646 882,50	17 389 248,74



Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM
Caminho do Pináculo n.º 14
9060-236 Funchal
Funchal, Portugal
NIF: 509 079 911
Telefone: +351 291 700 110
E-mail: srpc@madeira.gov.pt
www.procivmadeira.pt

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

SNC-AP

AÓS APURAMENTOS 2025

DIVISA: EUR

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Impostos, contribuições e taxas	14	3 760 484,95	3 474 479,98
Vendas			
Prestações de serviços e concessões	13	140 400,84	151 705,16
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	10 936 011,62	9 037 330,00
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos c			
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos			
Fornecimentos e serviços externos	23	-3 552 483,16	-2 809 724,32
Gastos com o pessoal	19	-3 792 451,70	-3 407 061,33
Transferências e subsídios concedidos	23	-5 796 782,20	-4 812 943,98
Prestações sociais	23	-43 517,42	-42 541,20
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	14	522 526,21	454 859,07
Outros gastos	23	-119 757,36	-123 688,52
Resultados antes de depreciações e resultados financeiros		2 054 431,78	1 922 414,86
Gastos/reversões de depreciação e amortização	5	-994 383,28	-927 258,00
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		1 060 048,50	995 156,86
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		-19,90	
Resultado antes de impostos		1 060 028,60	995 156,86
Imposto sobre o rendimento			
Resultado líquido do período		1 060 028,60	995 156,86



Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM
Caminho do Pináculo n.º14
9060-236 Funchal
Funchal, Portugal
NIF: 509 079 911
Telefone: +351 291 700 110
E-mail: srpc@madeira.gov.pt
www.procivmadeira.pt

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

SNC-AP

APÓS APURAMENTOS 2025

DIVISA: EUR

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		142 330,81	149 430,16
Recebimentos de contribuintes			
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		17 014 092,46	12 970 177,85
Recebimentos de utentes			
Pagamentos a fornecedores		-4 280 702,60	-3 685 710,02
Pagamentos ao pessoal		-3 528 991,69	-3 172 266,11
Pagamentos a contribuintes / utentes			
Pagamentos de transferências e subsídios		-6 672 278,29	-5 178 981,84
Pagamentos de prestações sociais		-43 517,42	-42 497,87
Caixa gerada pelas operações		2 630 933,27	1 040 152,17
Pagamento / recebimento do Imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		822 846,96	458 114,30
Fluxos de caixa das actividades operacionais (a)		3 453 780,23	1 498 266,47
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-2 262 746,78	-417 105,09
Activos intangíveis		-22 047,75	-26 635,16
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento		331 691,06	
Transferências de capital		89 466,14	50 569,00
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (b)		-1 863 637,33	-393 171,25
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		-5 523,57	-661,98
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (c)		-5 523,57	-661,98
Variação de caixa e seus equivalentes (a + b + c)		1 584 619,33	1 104 433,24
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		3 647 655,26	2 543 222,02
Caixa e seus equivalentes no fim do período		5 232 274,59	3 647 655,26
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		3 647 655,26	2 543 222,02
- Equivalentes a caixa no início do período			
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo da gerência anterior		3 647 655,26	2 543 222,02
De execução orçamental		3 532 041,04	2 488 060,02
De operações de tesouraria		115 614,22	55 162,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período		5 232 274,59	3 647 655,26



Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM
Caminho do Pináculo n.º14
9060-236 Funchal
Funchal, Portugal
NIF: 509 079 911
Telefone: +351 291 700 110
E-mail: srpc@madeira.gov.pt
www.proclvmadeira.pt

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

SNC-AP

APOS APURAMENTOS 2025

DIVISA: EUR

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
- Equivalentes a caixa no fim do período			
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
= Saldo para a gerência seguinte		5 232 274,59	3 647 655,26
De execução orçamental		5 177 112,59	3 532 041,04
De operações de tesouraria		55 162,00	115 614,22
O valor no final do período diverge da soma dos restantes valores.			